

TGR Subholding 3 S.A.

Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em

31 de dezembro de 2025



Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	3
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado.....	8
Demonstrações do resultado abrangente.....	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	13
1 Contexto operacional.....	13
2 Base de preparação e políticas contábeis materiais.....	13
3 Gerenciamento de riscos.....	26
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	28
5 Aplicações financeiras (Controladora).....	28
6 Contas a receber de clientes.....	29
7 Imobilizado (Consolidado).....	29
8 Investimentos (Controladora).....	31
9 Empréstimos e financiamentos (Controladora).....	33
10 Patrimônio líquido.....	34
11 Receita líquida de vendas.....	36
12 Custos operacionais.....	36
13 Despesas gerais ou administrativas.....	36
14 Resultado financeiro.....	36
15 Partes relacionadas.....	37
16 Instrumentos financeiros.....	38
17 Imposto de renda e contribuição social corrente.....	40
18 Contingências.....	42



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos acionistas e administradores da
TGR Subholding 3 S.A.**

Maracanaú (CE)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TGR Subholding 3 S.A. ("Companhia") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TGR Subholding 3 S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção o fato que parte substancial das operações da Companhia é realizada com partes relacionadas, conforme descrito as notas explicativas 1 e 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação à este assunto.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as



correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 31 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5

Pedro Barroso Silva Junior

Contador CRC CE-021967/0-5

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.120	6	4	2
Aplicações financeiras	5	67.049	—	67.049	—
Contas a receber de clientes	6	14.285	—	7.521	—
Dividendos a receber	15	—	—	5.746	—
Derivativos financeiros	16	59.861	—	59.861	—
Outros créditos		2.599	440	69	—
Total do Ativo Circulante		145.914	446	140.250	2
Outros créditos		2.002	—	—	—
Realizável à longo prazo		2.002	—	—	—
Investimento	8	—	—	1.333.782	107.179
Imobilizado	7	1.378.332	257.230	—	—
		1.378.332	257.230	1.333.782	107.179
Total do Ativo Não Circulante		1.380.334	257.230	1.333.782	107.179
Total do Ativo		1.526.248	257.676	1.474.032	107.181

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TGR Subholding 3 S.A.
Balanças Patrimoniais
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores		3.175	2.570	7.683	—
Dividendos a pagar	15	8.748	—	8.594	—
Empréstimos e financiamentos	9	28.786	—	28.786	—
Partes relacionadas - outras contas a pagar	15	1.542	698	—	—
Obrigações fiscais		1.170	107	151	—
Imposto de renda e contribuição social	17	1.002	—	—	—
Obrigações trabalhistas		8	44	—	—
Derivativos financeiros	16	2.733	—	2.733	—
Outras contas a pagar		2.426	66	—	—
Total do Passivo Circulante		49.590	3.485	47.947	—
Empréstimos e financiamentos	9	1.161.926	—	1.161.926	—
Provisão para desmobilização		9.229	—	—	—
Tributos diferidos	17	22.886	—	22.886	—
Outras contas a pagar		2.221	88	—	—
Total do Passivo Não circulante		1.196.262	88	1.184.812	—
Total do Passivo		1.245.852	3.573	1.232.759	—
Patrimônio líquido	10				
Capital social		224.662	106.524	224.662	106.524
Reserva legal		1.809	—	1.809	—
Reserva de lucros a distribuir		25.255	—	25.255	—
Transação de capital com acionistas		12.560	949	12.560	949
Ajuste acumulado de conversão		(23.013)	—	(23.013)	—
Prejuízos acumulados		—	(292)	—	(292)
Total do Patrimônio líquido atribuído aos controladores		241.273	107.181	241.273	107.181
Participação de acionistas não controladores		39.123	146.922	—	—
Total do Patrimônio Líquido		280.396	254.103	241.273	107.181
Total do Passivo e Patrimônio líquido		1.526.248	257.676	1.474.032	107.181

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida operacional	11	49.917	–	29.387	–
Custos operacionais	12	(14.893)	–	(29.476)	–
Lucro bruto		35.024	–	(89)	–
Despesas gerais ou administrativas	13	(4.164)	(559)	(29)	(11)
Outras despesas operacionais		(285)	(3)	–	–
Despesas operacionais		(4.449)	(562)	(29)	(11)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		30.575	(562)	(118)	(11)
Receitas financeiras	14	56.218	–	51.314	–
Despesas financeiras	14	(15.507)	(4)	(6.313)	–
Resultado financeiro		40.711	(4)	45.001	–
Resultado de equivalência patrimonial	8	–	–	8.414	(281)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		71.286	(566)	53.297	(292)
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(1.712)	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(17.347)	–	(17.347)	–
Lucro (Prejuízo) do exercício		52.227	(566)	35.950	(292)
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		35.950	(292)	–	–
Acionistas não controladores		16.277	(274)	–	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (Prejuízo) do exercício	52.227	(566)	35.950	(292)
Ajustes acumulados de conversão	(23.225)	–	(23.013)	–
Resultado abrangente total	29.002	(566)	12.937	(292)
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores	12.937	(292)	–	–
Acionistas não controladores	16.065	(274)	–	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Notas	Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Ajustes acumulados de conversão	Transação de capital com acionistas	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 14 de junho de 2024		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Capital subscrito	10	106.524	(106.524)	—	—	—	—	—	—	—	—
Capital integralizado	10	—	106.524	—	—	—	—	—	106.524	—	106.524
Emissão de ações preferenciais resgatáveis	10	—	—	—	—	—	—	—	—	148.145	148.145
Variação na participação societária	8	—	—	—	—	—	949	—	949	(949)	—
Prejuízo do exercício		—	—	—	—	—	—	(292)	(292)	(274)	(566)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		106.524	—	—	—	—	949	(292)	107.181	146.922	254.103
Lucro do exercício		—	—	—	—	—	—	35.950	35.950	16.277	52.227
Ajustes acumulados de conversão		—	—	—	—	(23.013)	—	—	(23.013)	(212)	(23.225)
Total de resultados abrangentes		—	—	—	—	(23.013)	—	35.950	12.937	16.065	29.002
Capital subscrito	10	228.138	(228.138)	—	—	—	—	—	—	—	—
Capital integralizado	10	—	228.138	—	—	—	—	—	228.138	—	228.138
Redução de capital	10	(110.000)	—	—	—	—	—	—	(110.000)	—	(110.000)
Efeito da incorporação de controladas	8	—	—	—	—	—	—	—	—	338.852	338.852
Resgate de ações preferenciais resgatáveis	10	—	—	—	—	—	—	—	—	(450.968)	(450.968)
Variação na participação societária	8	—	—	—	—	—	11.611	—	11.611	(11.611)	—
Destinação do Lucro											
Reserva legal	10	—	—	1.809	—	—	—	(1.809)	—	—	—
Dividendos obrigatórios	10	—	—	—	—	—	—	(8.594)	(8.594)	(137)	(8.731)
Reserva de lucros a distribuir	10	—	—	—	25.255	—	—	(25.255)	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025		224.662	—	1.809	25.255	(23.013)	12.560	—	241.273	39.123	280.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (Prejuízo) do exercício		52.227	(566)	35.950	(292)
Ajustes para:					
Depreciação	7	9.612	—	—	—
Equivalência patrimonial	8	—	—	(8.414)	281
Ganhos em operações com contratos derivativos, líquido do diferido	9	(49.947)	—	(49.947)	—
Juros sobre provisão de desmobilização	14	54	—	—	—
Rendimento de aplicações	5	(11)	—	(11)	—
Resultado da baixa de imobilizado	7	37	—	—	—
Imposto de renda e contribuição social, líquido do diferido	17	19.059	—	17.347	—
		31.031	(566)	(5.075)	(11)
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(14.194)	—	(7.432)	—
Outros créditos		5.199	(227)	5.344	—
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		(255)	(266)	—	—
Fornecedores		(4.719)	(3.624)	7.594	—
Obrigações trabalhistas		(156)	(144)	—	—
Obrigações fiscais		743	(58)	88	—
Outras contas a pagar		(96)	—	—	—
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais		17.553	(4.885)	519	(11)
Impostos pagos sobre o lucro	17	(663)	—	—	—
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		16.890	(4.885)	519	(11)

TGR Subholding 3 S.A.
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras	5	(109.187)	—	(109.187)	—
Resgates de aplicações financeiras	5	43.461	—	43.461	—
Aumento de capital em empresas investidas	8	—	—	(967.277)	—
Incorporação de investimento, líquido do caixa incorporado	8	10	—	—	—
Aquisição de imobilizado	7	(530.560)	(111.587)	—	—
		(596.276)	(111.587)	(1.033.003)	—
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento					
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Capital integralizado	10	26	13	26	13
Captações de empréstimos e financiamentos	9	1.147.011	—	1.147.011	—
Emissão de ações preferenciais resgatáveis		—	116.465	—	—
Resgate de ações preferenciais resgatáveis	9	(450.968)	—	—	—
Redução de capital	9	(110.000)	—	(110.000)	—
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	9	(4.122)	—	(4.122)	—
		581.947	116.478	1.032.915	13
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento					
Efeito de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa		(447)	—	(429)	—
		2.114	6	2	2
Aumento de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	6	—	2	—
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	2.120	6	4	2
		2.114	6	2	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A TGR Subholding 3 S.A. (“Companhia”), com sede em Maracanaú (CE), foi constituída em 14 de junho de 2024, e tem como objeto social: participar como acionista do capital social de sociedades que atuem em empreendimentos no setor de energia renovável e a comercialização de energia elétrica gerada pelos parques eólicos controlados, limitada a capacidade instalada dos empreendimentos, para a Companhia Brasileira de Alumínio (“CBA”), atuando como uma contraparte central que garante a segurança, liquidação e compensação dos contratos de compra e venda de energia (“clearing house”).

Suas controladas têm por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica e a comercialização de energia elétrica.

1.1 Descrição do projeto eólico parcialmente controlado pela Companhia

Projeto Serra do Tigre (“TGR”)

O projeto contempla a implantação de doze parques eólicos, dos quais três são controlados pela Companhia. A capacidade instalada total do projeto é de 756MW, dos quais 184,5MW são controlados pela Companhia. Esta capacidade é composta por 41 aerogeradores, do total de 168 aerogeradores modelo Vestas V150 4.5, previsto para o projeto. Os parques controlados pela Companhia estão localizados nos municípios de Picuí (PB), Currais Novos (RN), Campo Redondo (RN) e São Tomé (RN).

As controladas Ventos de Santa Tarsila Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santa Flávia Energias Renováveis S.A. iniciaram a operação comercial plena de 28 aerogeradores a partir do dia 03 de setembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2025, a controlada Ventos de Santa Priscila Energias Renováveis S.A. possuía 12 dos 13 aerogeradores funcionando em fase de testes.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Moeda de apresentação

Em atendimento a legislação brasileira, as informações são apresentadas em Reais, convertidas a partir das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas na moeda funcional da Companhia e de suas controladas, que, em 1º de julho de 2025, foi alterada para o dólar norte-americano, conforme detacado abaixo:

- (i) Os ativos e passivos são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço (taxa de fechamento);
- (ii) Demonstrações do resultado, resultado abrangente e fluxos de caixa são convertidas pela taxa de câmbio média mensal; e
- (iii) O patrimônio líquido é convertido pela taxa histórica.

As diferenças cambiais resultantes da referida conversão, são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de "Ajustes acumulados de conversão".

Moeda funcional

A Administração monitora periodicamente os indicadores primários e secundários que definem a moeda funcional a ser utilizada.

Com o surgimento de novas operações no mercado de energia relacionados a moeda estrangeira, considerando negociações de contratos de venda de energia (PPAs) em dólar-americano e aquisição de máquinas e equipamentos dos parques eólico indexado à mesma moeda, a avaliação indicou que esta moeda é a moeda mais significativa nas transações, eventos e condições subjacentes da Companhia e de suas controladas.

Com isso, a Administração alterou a moeda funcional da Companhia e de suas controladas a partir de 1º de julho de 2025, data em que o dólar-americano foi definido como moeda funcional. A taxa de conversão foi de R\$5,4571, e a conversão foi efetuada de maneira prospectiva, conforme item 35 do CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, não havendo assim necessidade de abertura de valores históricos anteriores aos da data da definição da moeda funcional. Os montantes resultantes da conversão, no caso dos itens não monetários, foram tratados como se fossem seus custos históricos.

Transações envolvendo ativos e passivos monetários, em moedas distintas da funcional, são convertidas para moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de liquidação ou pela taxa vigente ao final do período de apresentação. A variação cambial incorrida entre a data de registro inicial da transação e a data de liquidação ou apresentação das demonstrações financeiras é registrada no resultado do período.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas na moeda funcional dólar, apresentadas como informação suplementar, bem como as informações convertidas para a moeda de apresentação, que é o real, estão demonstradas a seguir:

(a) Balanços patrimoniais

Ativo	31/12/2025			
	Consolidado		Controladora	
	(US\$)	(R\$)	(US\$)	(R\$)
Caixa e equivalentes de caixa	385	2.120	1	4
Aplicações financeiras	12.185	67.049	12.185	67.049
Contas a receber de clientes	2.596	14.285	1.367	7.521
Dividendos a receber	—	—	1.044	5.746
Derivativos financeiros	10.879	59.861	10.879	59.861
Outros créditos	472	2.599	13	69
Total do Ativo Circulante	26.517	145.914	25.489	140.250
Outros créditos	364	2.002	—	—
Realizável a longo prazo	364	2.002	—	—
Investimento	—	—	242.400	1.333.782
Imobilizado	250.497	1.378.332	—	—
	250.497	1.378.332	242.400	1.333.782
Total do Ativo Não Circulante	250.861	1.380.334	242.400	1.333.782
Total do Ativo	277.378	1.526.248	267.889	1.474.032

	31/12/2025			
	Consolidado		Controladora	
	(US\$)	(R\$)	(US\$)	(R\$)
Passivo e Patrimônio Líquido				
Fornecedores	577	3.175	1.396	7.683
Dividendos a pagar	1.590	8.748	1.562	8.594
Empréstimos e financiamentos	5.232	28.786	5.232	28.786
Partes relacionadas - outras contas a pagar	280	1.542	—	—
Obrigações fiscais	213	1.170	27	151
Imposto de renda e contribuição social	182	1.002	—	—
Obrigações trabalhistas	1	8	—	—
Outras contas a pagar	440	2.426	—	—
Derivativos financeiros	497	2.733	497	2.733
Total do Passivo Circulante	9.012	49.590	8.714	47.947
Empréstimos e financiamentos	211.167	1.161.926	211.167	1.161.926
Outras contas a pagar	404	2.221	—	—
Provisão para desmobilização	1.677	9.229	—	—
Tributos diferidos	4.159	22.886	4.159	22.886
Total do Passivo Não circulante	217.407	1.196.262	215.326	1.184.812
Passivo Total	226.419	1.245.852	224.040	1.232.759
Patrimônio líquido				
Capital social	41.429	224.662	41.429	224.662
Reserva legal	329	1.809	329	1.809
Reserva de lucros a distribuir	4.686	25.255	4.686	25.255
Ajustes acumulados de conversão	—	(23.013)	—	(23.013)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(2.595)	12.560	(2.595)	12.560
Total do Patrimônio Líquido atribuído aos controladores	43.849	241.273	43.849	241.273
Participação de acionistas não controladores	7.110	39.123	—	—
Total do Patrimônio Líquido	50.959	280.396	43.849	241.273
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	277.378	1.526.248	267.889	1.474.032

(b) Demonstrações dos resultados

	01/07 a 31/12/2025			
	Consolidado		Controladora	
	(US\$)	(R\$)	(US\$)	(R\$)
Receita líquida operacional	9.541	51.736	5.419	29.387
Custos operacionais	(3.082)	(16.711)	(5.436)	(29.476)
Lucro bruto	6.459	35.025	(17)	(89)
Despesas gerais ou administrativas	(396)	(2.131)	(1)	(7)
Outras despesas operacionais	(11)	(60)	—	—
Despesas operacionais	(407)	(2.191)	(1)	(7)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos	6.052	32.834	(18)	(96)
Receitas financeiras	10.367	56.218	9.463	51.314
Despesas financeiras	(2.858)	(15.497)	(1.164)	(6.312)
Resultado financeiro	7.509	40.721	8.299	45.002
Resultado de equivalência patrimonial	—	—	1.687	9.153
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	13.561	73.555	9.968	54.059
Imposto de renda e contribuição social correntes	(316)	(1.712)	—	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.199)	(17.347)	(3.199)	(17.347)
Lucro do exercício	10.046	54.496	6.769	36.712
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores	6.769	36.712	—	—
Acionistas não controladores	3.277	17.784	—	—

(c) Demonstrações dos fluxos de caixa

	Consolidado		Controladora	
	De 01/07 a 31/12/2025		De 01/07 a 31/12/2025	
	(US\$)	(R\$)	(US\$)	(R\$)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro do exercício	10.046	54.496	6.769	36.712
Ajustes para:				
Depreciação	1.763	9.612	—	—
Equivalência patrimonial	—	—	(1.687)	(9.153)
Variação cambial passiva	—	—	—	—
Ganhos em operações com contratos derivativos, líquido do diferido	(9.413)	(49.947)	(9.413)	(49.947)
Juros sobre provisão de desmobilização	10	54	—	—
Rendimento de aplicações	(2)	(11)	(2)	(11)
Resultado da baixa de imobilizado	7	37	—	—
Imposto de renda e contribuição social, líquido do diferido	3.515	19.059	3.199	17.347
	5.926	33.300	(1.134)	(5.052)

	Consolidado		Controladora	
	De 01/07 a 31/12/2025		De 01/07 a 31/12/2025	
	(US\$)	(R\$)	(US\$)	(R\$)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(2.596)	(14.194)	(1.367)	(7.432)
Outros créditos	(747)	5.773	(26)	5.367
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar	(159)	(855)	—	—
Fornecedores	(1.130)	(6.091)	1.805	7.594
Obrigações trabalhistas	(29)	(160)	—	—
Obrigações fiscais	179	878	29	69
Outras contas a pagar	711	(118)	—	(1)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	2.155	18.533	(693)	545
Impostos pagos sobre o lucro	(122)	(663)	—	—
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	2.033	17.870	(693)	545
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicações financeiras	(20.406)	(109.187)	(20.406)	(109.187)
Resgates de aplicações financeiras	8.036	43.461	8.036	43.461
Aumento de capital em empresas investidas	—	—	(182.282)	(967.277)
Aquisição de imobilizado	(39.644)	(218.218)	—	—
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(52.014)	(283.944)	(194.652)	(1.033.003)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captações de empréstimos e financiamentos	216.000	1.147.011	216.000	1.147.011
Resgate de ações preferenciais resgatáveis	(144.983)	(764.254)	—	—
Redução de capital	(19.897)	(110.000)	(19.897)	(110.000)
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	(756)	(4.122)	(756)	(4.122)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	50.364	268.635	195.347	1.032.889
Efeito de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	—	(447)	—	(429)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	383	2.114	2	2
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2	6	—	2
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	385	2.120	2	4
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	383	2.114	2	2

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A Administração não efetua julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no período findo em 31 de dezembro de 2025, estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **2.8 Ativo imobilizado (Consolidado)** – vida útil do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme relatório de consultoria especializada.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de consolidação (Controladora)

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes, conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

As entidades são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas e controladora são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, listada a seguir:

Controladas	Empreendimentos	Potência Instalada (MW)	Localização	Data de constituição	Status	Tipo de investimento		% do Capital Social	
						31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ventos de Santa Tarsila Energias Renováveis S.A.	EOL Ventos de São Rafael 01	63,0	Picuí (PB), Currais Novos e Campo Redondo (RN)	18 de março de 2021	Operacional	Direto	Direto	97,32%	42,18%
Ventos de Santa Flávia Energias Renováveis S.A.	EOL Ventos de São Rafael 04	63,0	Currais Novos e Campo Redondo (RN)	18 de março de 2021	Operacional	Direto	—	97,53%	—%
Ventos de Santa Priscila Energias Renováveis S.A.	EOL Ventos de São Rafael 10	58,5	São Tomé (RN)	18 de março de 2021	Pré-operacional	Direto	—	96,51%	—%

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações *intercompany*, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany*, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "impairment". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas alterem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, quando transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas não transferem e nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, dividendos a receber, contas a receber de clientes e aplicações financeiras.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: empréstimos e financiamentos, fornecedores, dividendos a pagar, outras contas a pagar e partes relacionadas - outras contas a pagar.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“Impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas não identificaram quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros.

2.8 Ativo imobilizado (Consolidado)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados aos empreendimentos, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), para as unidades geradoras dos empreendimentos, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena das controladas.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializada, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão de desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir dos custos que vierem a ser incorridos pela Companhia.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia e suas controladas operam e geram receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados. Na data-base das demonstrações financeiras, a Controladora não possui diferenças temporárias.

A Companhia, optante pelo regime tributário do lucro real anual, não apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar.

O imposto de renda das controladas foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social das controladas foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.11 Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais são provenientes da geração de energia de suas controladas, sendo que a quase totalidade das vendas é destinada ao acionista Companhia Brasileira de Alumínio, visto que a Companhia atua primordialmente como veículo de intermediação das transações e não pratica negociações ativas (trading) no mercado livre de energia, seus contratos não são mensurados ao valor justo. Dado que o modelo de negócio visa à liquidação física para atendimento às necessidades de consumo e fornecimento do Grupo, a Administração classifica e mensura referidos instrumentos ao custo amortizado, não aplicando a opção de valor justo por meio do resultado para fins de eliminação de descasamento contábil.

A Controladora é a responsável primária para fornecer a energia contratada pela Companhia Brasileira de Alumínio via PPAs de venda, e tal responsabilidade estará assegurada pela garantia física da estrutura de geração de energia das controladas, mediante os PPAs de compra de longo prazo. A entidade não possui risco de estoque, uma vez que não há a possibilidade de estocagem da energia elétrica e por ser um agente do mercado livre de energia, define o preço de venda seguindo a dinâmica de mercado.

2.12 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Administração não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Administração ainda está avaliando o impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b. Outras normas contábeis: não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Riscos pré-operacional e operacional

Os riscos pré-operacionais e operacionais estão relacionados a, respectivamente, atrasos e outros fatores que podem prejudicar o processo de construção do parque eólico, e a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado.

A Administração mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações que não estejam previstas na política, são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a CDV, portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventis ("FIC Consolidador").

Com relação às contas a receber de clientes, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Companhia, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia e suas controladas não cumprirem suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. O principal passivo financeiro consiste na dívida contratada e apresentada na Nota 9.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro do empreendimento. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Por adotar o dólar como moeda funcional, as operações da Companhia expostas ao risco de variação cambial são, majoritariamente, as operações denominadas em reais (principalmente custo de mão de obra, teses tributárias, impostos, fornecedores brasileiros e aplicações financeira), bem como os ativos e passivos em moedas diferentes da sua respectiva moeda funcional.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldo 31/12/2025	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos	67.780	Baixa do CDI	67.487	67.195
Efeito no resultado	1.161		868	576
Aplicações financeiras	1.367	Baixa do CDI	1.227	1.108
Efeito no resultado	454		314	195

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	22	6	4	2
Aplicações financeiras	40	—	—	—
Fundo de investimentos - restritos (a)	2.058	—	—	—
Total	2.120	6	4	2

- (a) As controladas possuíam aplicações alocadas em fundo de investimentos, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontram-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2025 foi de 14,32% a.a.

5 Aplicações financeiras (Controladora)

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025
Aplicações financeiras (a)	1.327
Aplicações financeiras - fundo restrito (a)	65.722
Total	67.049

Ativo circulante **67.049**

- (a) A Companhia mantinha suas disponibilidades de caixa em fundos de renda fixa com baixo risco de crédito e remuneração entre 80% e 100% do CDI, os quais estavam destinados exclusivamente para atender as obrigações financeiras relacionadas à construção dos parques eólicos.
- (b) A Companhia possuía recursos alocados em fundo de investimentos classificados como aplicações financeiras, que encontravam-se disponíveis a qualquer momento para resgate exclusivamente com a finalidade de atender as obrigações financeiras relacionadas à construção dos parques eólicos. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2025 foi de 14,32% a.a.

b. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025
Saldos iniciais	—
Rendimento de aplicações	11
Capitalização de rendimento de aplicação	1.331
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(19)
Aplicações financeiras	109.187
Resgates de aplicações financeiras	(43.461)
Saldos finais	67.049

6 Contas a receber de clientes

Descrição	Consolidado	Controladora
	31/12/2025	31/12/2025
Venda de energia – partes relacionadas (nota 15)	14.285	7.521
Total	14.285	7.521

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração considerava não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia e suas controladas não apresentavam títulos vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

7 Imobilizado (Consolidado)

a. Composição do saldo

Descrição	Taxa %	Custo	Depreciação acumulada	Ajuste acumulado de conversão	31/12/2025	31/12/2024
Torres anemométricas	10,00%	321	(26)	2	297	–
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	813.061	(8.464)	17.263	821.860	–
Edificações	3,33% a 4%	119.452	(1.053)	2.590	120.989	–
Ativo de direito de uso de bens arrendados	2,94% a 8,33%	308	(297)	(1)	10	43
Imobilizados em andamento	–%	438.251	–	(12.176)	426.075	257.187
Provisão para desmobilização	2,86%	9.092	(73)	82	9.101	–
Total		1.380.485	(9.913)	7.760	1.378.332	257.230

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2024	Ações integralizadas	Adições	Transferências (a)	Baixas	Depreciação	Ajuste acumulado de conversão	31/12/2025
Torres anemométricas	—	195	—	122	—	(22)	2	297
Máquinas e equipamentos	—	—	—	813.061	—	(8.464)	17.263	821.860
Edificações	—	—	—	119.452	—	(1.053)	2.590	120.989
Ativo de direito de uso de bens arrendados	43	144	—	—	(37)	(139)	(1)	10
Imobilizados em andamento	257.187	570.788	542.911	(932.635)	—	—	(12.176)	426.075
Provisão para desmobilização	—	—	9.092	—	—	(73)	82	9.101
Total	257.230	571.127	552.003	—	(37)	(9.751)	7.760	1.378.332

(a) As controladas Ventos de Santa Tarsila Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santa Flávia Energias Renováveis S.A. iniciaram suas operações comerciais de forma plena em 03 de setembro de 2025 e, em função disso, foi necessária a reclassificação do saldo das classes de ativo relacionados a Imobilizado em Andamento para Imobilizado em uso. A reclassificação ocorreu de forma antecipada em relação à emissão do laudo técnico de unitização, por meio de metodologia elaborada pela Administração da Companhia, tendo por base o processo de unitização efetuado por consultor externo em outras Companhias controladas pela CDV.

Descrição	Adição por aquisição	Adições	Depreciação	31/12/2024
Ativo de direito de uso de bens arrendados	—	61	(18)	43
Imobilizados em andamento	143.039	114.148	—	257.187
Total	143.039	114.209	(18)	257.230

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas apresentaram adições ao ativo imobilizado que não tiveram efeito caixa no montante de R\$21.443 (R\$2.622 em 31 de dezembro de 2024), relativas a custos de empréstimos, capitalização de operações de arrendamentos, reconhecimento de contratos de ativo de direito de uso e provisão de medições de obras não faturadas.

8 Investimentos (Controladora)

a. Reorganização societária

Em 15 de abril de 2025, o acionista da Companhia celebrou o aumento de capital, no montante de R\$228.116, mediante a emissão de 228.112.296 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, por meio da contribuição de 100% das ações que a Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A. detinha da Ventos de Santa Flávia Energias Renováveis S.A. e da Ventos de Santa Priscila Energias Renováveis S.A. Tais controladas têm por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir das fontes eólicas EOL Ventos de São Rafael 04 e EOL Ventos de São Rafael 10; a comercialização de energia elétrica. O acervo líquido integralizado pela Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A. apresenta a seguinte composição:

Acervo líquido em 31/03/2025	Ventos de Santa Flávia Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Priscila Energias Renováveis S.A.
Ativo circulante	18	6
Ativo não circulante	310.459	260.678
Total do ativo	310.477	260.684
Passivo circulante	1.455	2.563
Passivo não circulante	82	93
Total do passivo	1.537	2.656
Reservas de capital (a)	157.716	133.507
Adiantamento para futuro aumento de capital (a)	26.001	21.628
Acervo líquido	125.223	102.893

(a) Em 31 de março de 2025, os saldos de Reservas de Capital e Adiantamento para futuro aumento de capital detidos pela Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A. foi de R\$338.852, o qual não compôs o acervo líquido integralizado e não possui efeito caixa no consolidado. Adicionalmente, a Companhia incorporou o montante de R\$10 de caixa e equivalentes de caixa que as incorporadas possuíam na referida data-base.

b. Composição do saldo

Controladas	31/12/2025	31/12/2024
Ventos de Santa Tarsila Energias Renováveis S.A.	440.966	107.179
Ventos de Santa Flávia Energias Renováveis S.A.	473.104	—
Ventos de Santa Priscila Energias Renováveis S.A.	419.712	—
Total	1.333.782	107.179

c. Movimentação do saldo

Controladas	31/12/2024	Ações integralizadas	Equivalência patrimonial	Aumento de capital em empresas investidas	Encargos de dívida capitalizados (a)	Distribuição de lucros	Transação de capital (c)	Ajustes acumulados de conversão	31/12/2025
Ventos de Santa Tarsila Energias Renováveis S.A.	107.179	—	5.811	315.349	1.683	(3.836)	9.422	5.358	440.966
Ventos de Santa Flávia Energias Renováveis S.A.	—	125.223	4.448	335.111	1.788	(1.910)	4.635	3.808	473.104
Ventos de Santa Priscila Energias Renováveis S.A.	—	102.893	(1.845)	316.817	1.690	—	(2.446)	2.604	419.712
Total	107.179	228.116	8.414	967.277	5.161	(5.746)	11.611	11.770	1.333.782

- (a) O empréstimo divulgada na Nota 9, emitida em nome da Controladora, foi captada para financiar as obras dos parques eólicos de suas controladas. Por esse motivo, os encargos de dívida foram capitalizados como parte do investimento no balanço individual da Companhia e reclassificados para Ativo Imobilizado no balanço consolidado. Após a conclusão das obras e início das operações comerciais de forma plena das controladas, a Companhia irá iniciar a depreciação dos encargos de dívida capitalizados. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, tal depreciação será classificada para equivalência patrimonial, sendo reclassificada para depreciação nas demonstrações financeiras consolidadas.
- (b) Durante o exercício de 2025, a Companhia incorreu no montante de R\$11.611 em transações de capital com a Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A., acionista controladora direta e indireta da Companhia e das investidas, respectivamente, decorrente da mudança de participação societária (R\$949 em 31 de dezembro de 2024).

Controlada	Ações integralizadas	Equivalência patrimonial	Transação de capital (c)	31/12/2024
Ventos de Santa Tarsila Energias Renováveis S.A.	106.511	(281)	949	107.179
Total	106.511	(281)	949	107.179

d. Saldos das controladas

Controladas	Participação societária (%)	31/12/2025				Patrimônio líquido na data da aquisição	Resultado na data de aquisição até 31/12/2025
		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (a)	Resultado		
Ventos de Santa Tarsila Energias Renováveis S.A.	97,32%	464.693	13.306	451.387	18.460	—	—
Ventos de Santa Flávia Energias Renováveis S.A.	97,53%	493.260	10.027	483.233	10.217	308.940	10.643
Ventos de Santa Priscila Energias Renováveis S.A.	96,51%	436.139	3.017	433.122	(4.808)	258.028	(4.404)
Total		1.394.092	26.350	1.367.742	23.869	566.968	6.239

(a) A diferença entre o total do patrimônio líquido das controladas, o saldo de não controladores e o saldo do investimento da controladora em 2025, condiz com os custos de empréstimos capitalizados nos investimentos no montante de R\$5.161.

Controlada	Participação societária (%)	31/12/2024				Patrimônio líquido na data da aquisição	Resultado na data de aquisição até 31/12/2024
		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado		
Ventos de Santa Tarsila Energias Renováveis S.A.	42,18%	257.673	3.573	255.425	(1.325)	106.511	(556)
Total		257.673	3.573	255.425	(1.325)	106.511	(556)

9 Empréstimos e financiamentos (Controladora)

Em 05 de novembro de 2025, a Companhia celebrou contrato de financiamento na modalidade de crédito externo com a Crédit Agricole Corporate and Investment Bank ("CACIB"), no montante de US\$100.000, recurso destinado exclusivamente ao financiamento e refinanciamento dos custos de construção dos parques eólicos das controladas. Os encargos da operação correspondem a 3,97% a.a., a qual está prevista para pagamento em 10 parcelas, sendo a primeira em 20 de abril de 2026 e a última em 08 de novembro de 2030, e será garantida por fiança corporativa integralmente prestada pela TotalEnergies Holdings.

Em 11 de novembro de 2025, a Companhia celebrou contrato de financiamento na modalidade de crédito externo com o Société Générale S.A. ("SocGen"), no montante de US\$116.000, recurso destinado exclusivamente ao financiamento e refinanciamento dos custos de construção dos parques eólicos das controladas. Os encargos da operação correspondem a 4,03% a.a., a qual está prevista para pagamento em 10 parcelas, sendo a primeira em 20 de abril de 2026 e a última em 08 de novembro de 2030, e será garantida por fiança corporativa integralmente prestada pela TotalEnergies Holdings.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia havia desembolsado integralmente os recursos acima descritos.

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025
CACIB	553.335
SocGen	641.617
(-) Custos de captação	(4.240)
Total	1.190.712

b. Movimentação da conta

Descrição	31/12/2025
Saldos em 31 de dezembro de 2024	—
Captações	1.147.011
Juros capitalizados	6.377
Custo de captação pago no exercício	(4.122)
Ajustes acumulados de conversão	41.446
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.190.712
Circulante	28.786
Não Circulante	1.161.926

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2025	
	Valor	%
2027	25.046	2%
2028	26.674	2%
2029	27.219	2%
2030	1.086.447	94%
Total parcelas - longo prazo	1.165.386	100%
(-) Custo de captação - longo prazo	(3.460)	
Saldo total - longo prazo	1.161.926	

10 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$224.662 em 31 de dezembro de 2025 (R\$106.524 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 224.661.989 ações, sendo 129.862.421 ações ordinárias e 94.799.568 ações preferencias, todas nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	31/12/2025			31/12/2024		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A.	60,00%	134.797	97.396.816	100,00%	106.524	106.523.693
Companhia Brasileira de Alumínio	40,00%	89.865	127.265.173	—%	—	—
Total	100,00%	224.662	224.661.989	100,00%	106.524	106.523.693

Aumento de capital

Durante os exercícios de 2024 e 2025, deliberou-se em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") sobre o aumento de capital da Companhia, conforme tabela abaixo:

Data da AGE	Capital subscrito	Integralizado em moeda corrente no exercício	Integralização de ações (a)	Emissão de ações ON
14/06/2024	1	1	—	1.000
16/09/2024	106.511	—	106.511	106.510.693
30/12/2024	12	12	—	12.000
Total - 2024	106.524	13	106.511	106.523.693
15/04/2025	228.112	—	228.112	228.112.296
13/05/2025	25	25	—	25.000
15/08/2025	1	1	—	1.000
Total - 2025	228.138	26	228.112	228.138.296

- (a) Em 16 de setembro de 2024, conforme AGE, a Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A. subscreveu 106.510.693 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, equivalente ao montante de R\$106.511, integralizado mediante contribuição da totalidade da participação societária que detinha na Ventos de Santa Tarsila Energias Renováveis S.A.

Em 14 de abril de 2025, conforme AGE, a Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A. subscreveu 228.112.296 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, equivalente ao montante de R\$228.112, integralizado mediante contribuição da totalidade da participação societária que detinha na Ventos de Santa Flávia Energias Renováveis S.A. e na Ventos de Santa Tarsila Energias Renováveis S.A.

Movimentações de capital entre acionistas

No dia 30 de outubro de 2025, a acionista Companhia Brasileira de Alumínio exerceu a opção de compra de ações que detinham em decorrência do Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças celebrado com a Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A., adquirindo 127.265.173 ações ordinárias classe B, equivalente a 56,65% do total das ações e 40,00% do capital social na data da transação.

Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$8.594.

Descrição	31/12/2025
Lucro do exercício	35.950
Outras movimentações	527
(-) Prejuízo acumulado	(292)
(-) Reserva legal (5%)	(1.809)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	34.376
Dividendos propostos	8.594

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$1.809, conforme tabela acima.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2025, foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$25.255.

Resgate de ações preferenciais resgatáveis

Durante o exercício de 2025, as controladas da Companhia realizaram o pagamento de R\$450.968 referente ao resgate de ações preferenciais resgatáveis emitidos em favor da Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A., com efeito caixa no exercício.

11 Receita líquida de vendas

Descrição	Consolidado	Controladora
	31/12/2025	31/12/2025
Venda de energia	53.432	32.383
PIS e Cofins sobre vendas	(3.515)	(2.996)
Total	49.917	29.387

12 Custos operacionais

Descrição	Consolidado	Controladora
	31/12/2025	31/12/2025
Custos com pessoal	(243)	–
Energia comprada	(17)	(29.475)
Depreciação	(9.668)	–
Gastos operacionais	(1.436)	–
Gastos com manutenção	(2.420)	–
Outros custos	(1.109)	(1)
Total	(14.893)	(29.476)

13 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Serviços - pessoa jurídica	(37)	(6)	(12)	–
Compartilhamento de despesas (nota 15)	(2.632)	(520)	–	–
Taxa de manutenção - CCEE	(3)	(11)	–	(11)
Despesas pré-operacionais - geração energia	(1.213)	–	–	–
Outras despesas gerais ou administrativas	(279)	(22)	(17)	–
Total	(4.164)	(559)	(29)	(11)

14 Resultado financeiro

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações	286	–	–	–
Ganhos em derivativos de cambio - não realizado	51.092	–	51.092	–
Outras receitas financeiras	4.840	–	222	–
Total	56.218	–	51.314	–
Despesas financeiras				
Tarifas bancárias	(9)	(2)	(3)	–
Variação cambial passiva	(15.435)	–	(6.308)	–
Juros sobre provisão para desmobilização	(54)	–	–	–
Outras despesas financeiras	(9)	(2)	(2)	–
Total	(15.507)	(4)	(6.313)	–
Resultado financeiro	40.711	(4)	45.001	–

15 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	14.285	—	13.267	—
Contas a receber de clientes	14.285	—	7.521	—
Venda de energia (nota 6) (c)	14.285	—	7.521	—
Dividendos a receber	—	—	5.746	—
Dividendos a receber de controladas	—	—	5.746	—
Passivo	10.290	698	16.106	—
Partes relacionadas - outras contas a pagar	1.542	698	—	—
Transações de condomínio (b)	612	302	—	—
Compartilhamento de despesas (a)	930	396	—	—
Fornecedores	—	—	7.512	—
Compra de energia (c)	—	—	7.512	—
Dividendos a pagar	8.748	—	8.594	—
Dividendos a pagar a acionistas	8.748	—	8.594	—
Resultado	26.536	(520)	(112)	—
Receita líquida de vendas	29353	—	29.353	—
Venda de energia (c)	29.353	—	29.353	—
Custos operacionais	(123)	—	(29.465)	—
Energia comprada (c)	—	—	(29.465)	—
Custos com manutenção de torres (a)	(123)	—	—	—
Despesas gerais ou administrativas	(2.694)	(520)	—	—
Compartilhamento de despesas (a)	(2.632)	(520)	—	—
Despesas com manutenção de torres (a)	(62)	—	—	—

- (a) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as controladas possuíam operações com partes relacionadas decorrente de contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos S.A., com a finalidade de prestação de serviços administrativos.
- (b) As controladas possuíam despesas em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias até a sua liquidação.
- (c) A controladas possuíam operações de venda de energia com a controladora, e esta por sua vez, possui operações de venda de energia com a Companhia Brasileira de Alumínio e a Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.

A Casa dos Ventos S.A. é a controladora final da Companhia.

Remuneração da Administração

A Companhia não efetua diretamente pagamentos de remuneração aos membros de sua Administração, os quais renunciam à remuneração pelo exercício de seus cargos na Companhia em seus termos de posse. A remuneração, é suportada diretamente pela acionista que indicou o respectivo administrador. Especificamente quanto aos administradores indicados por Casa dos Ventos S.A., a remuneração é paga diretamente por essa acionista e, posteriormente, apropriada às suas controladas, incluindo a Companhia, por meio de rateio. Tais valores são registrados pela Companhia como serviços tomados, classificados em despesas gerais e administrativas, conforme aplicável. Os montantes incorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontram-se divulgados na nota explicativa correspondente às demonstrações financeiras da Casa dos Ventos S.A.

16 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Mensuração do valor justo	Consolidado				Controladora			
		31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		2.120	2.120	6	6	4	4	2	2
Contas a receber de clientes		14.285	14.285	—	—	7.521	7.521	—	—
Dividendos a receber		—	—	—	—	5.746	5.746	—	—
Aplicações financeiras		67.049	67.049	—	—	67.049	67.049	—	—
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(1.190.712)	(1.194.952)	—	—	(1.190.712)	(1.194.952)	—	—
Fornecedores		(3.175)	(3.175)	(2.570)	(2.570)	(7.683)	(7.683)	—	—
Partes relacionadas - outras contas a pagar		(1.542)	(1.542)	(698)	(698)	—	—	—	—
Dividendos a pagar		(8.748)	(8.748)	—	—	(8.594)	(8.594)	—	—
Outras contas a pagar		(4.647)	(4.647)	(154)	(154)	—	—	—	—
Total		(1.125.370)	(1.129.610)	(3.416)	(3.416)	(1.126.669)	(1.130.909)	2	2

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são avaliados ao custo amortizado.

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida – Empréstimos e financiamentos	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável

c. Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (Controladora)

Descrição	Hierarquia	31/12/2025	
		Valor contábil	Valor justo
Ativo			
Ganho temporário - Hedge (NDF)	Nível 2	59.861	59.861
Passivo			
Perda temporária - Hedge (NDF)	Nível 2	(2.733)	(2.733)
Total		57.128	57.128

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2025, contratos cambiais a termo atrelado a moedas estrangeiras que podem variar ao final do contrato. O vencimento das NDFs contratadas ocorrerá no dia 1º de abril de 2026. Todos os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão avaliados a valor justo, seguindo os níveis de hierarquia da nota 2.3 Uso de estimativas e julgamentos.

17 Imposto de renda e contribuição social corrente

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	Consolidado 31/12/2025
Imposto de renda corrente	(1.116)
Contribuição social corrente	(596)
Total - impostos correntes	(1.712)
Imposto de renda diferido	(12.749)
Contribuição social diferido	(4.598)
Total - impostos diferidos	(17.347)
Imposto de renda e contribuição social, líquido do diferido	(19.059)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social correntes (Lucro presumido, Controladas):

A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2025
Venda de energia (Combinado)	85.911
(-) Venda de energia (Lucro Real)	(32.383)
Venda de energia (Lucro Presumido)	53.528
Alíquota de presunção (IRPJ)	8 %
Lucro presumido	4.282
Outras receitas não operacionais (a)	197
Alíquota vigente	15 %
Alíquota vigente IRPJ adicional	10%
Imposto de renda corrente	(1.116)
Alíquota de presunção (CSLL)	12 %
Lucro presumido	6.423
Outras receitas não operacionais	197
Alíquota vigente	9 %
Contribuição social corrente	(596)
Alíquota efetiva	(2,4)%

c. Apuração do imposto de renda e contribuição social diferidos (Controladora):

Descrição	31/12/2025
Adições (exclusões) temporárias	
Ganho temporário - hedge (NDF)	(17.347)
Outras movimentações temporárias	-
Total	(17.347)

d. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2025
Saldos iniciais	—
Imposto de renda e contribuição social no exercício	1.712
Impostos pagos sobre o lucro	(663)
Compensações no exercício	(61)
Ajustes acumulados de conversão	14
Saldos finais	1.002

e. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Controladora):

Descrição	31/12/2025
Saldos iniciais	—
PIS e COFINS diferidos sobre derivativos	5.284
IRPJ e CSLL diferidos	17.347
Ajustes acumulados de conversão	255
Saldos finais	22.886

18 Contingências

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas. A Administração revisa suas estimativas e premissas continuamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliaram não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.
